



Palestra Nacional

AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS PIONEIRAS DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS POR UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Regilson Maciel Borges - UFLA*

Resumo: Neste texto apresentamos experiências pioneiras de avaliação construídas no seio de algumas Universidades Brasileiras nos anos de 1990, caso das avaliações desenvolvidas pelas Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Essas experiências de avaliação contrastam com as políticas oficiais para a avaliação da educação superior implementadas naquele mesmo período, considerando que a iniciativa de autoavaliação das Instituições feita por adesão (PAIUB) é substituída pela obrigatoriedade de outro instrumento de avaliação (ENC/Provão) imposto pelo Ministério da Educação (MEC). Observa-se que essas experiências de avaliação foram marcadas pela coleta de dados realizadas por meio de questionários e entrevistas a estudantes e professores, somada a participação de avaliadores externos e da meta-avaliação como componentes do processo de autoavaliação institucional.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Qualidade da Educação. Educação Superior.

Introdução

Este trabalho tem a intenção de apresentar resultados de pesquisa realizada no âmbito de estágio pós-doutoral, que buscou analisar os processos pioneiros de avaliação institucional realizados por Universidades Brasileiras a partir dos anos 1990. Neste texto, para apresentação no IV Colóquios de Política e Gestão da Educação – “Avaliação e Qualidade da Educação no Brasil”, pontuamos as experiências de avaliação de algumas Universidades que junto com o início do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), “serviram de inspiração e cimento da construção [...] de um modelo de avaliação de instituições de ensino superior, de âmbito nacional” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 8).

Algumas dessas práticas pioneiras de avaliação se encontram reunidas em livro organizado por Balzan e Dias Sobrinho, intitulado “Avaliação Institucional: teoria e experiências”, publicado pela primeira vez pela Cortez Editora, em 1995. Na obra estão reunidas o que os autores consideram ser “as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, p. 9), o que reflete o pioneirismo da obra

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, com Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor Adjunto do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino da Universidade Federal de Lavras. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6115-364X>



no tratamento do tema da avaliação da educação superior a partir da iniciativa da própria Instituição de Ensino Superior (IES). Outras experiências são apresentadas por Borges e Brandalise (2022) em artigo que analisam a produção científica brasileira sobre as experiências de avaliação institucional publicadas em periódicos científicos na área da Educação ao longo da década de 1990.

Iniciamos o texto com uma discussão sobre avaliação e qualidade da educação superior no Brasil, com destaque para a centralidade que a avaliação ocupa nos processos de aferição da qualidade. Na sequência, apresentam-se as políticas de avaliação da educação superior implementadas no Brasil nos anos 1990, período em que a avaliação ganha centralidade na agenda educacional do país. Por fim, destacam-se as experiências de avaliação institucional realizadas pela Unicamp, UFSC, UnB e PUC-Campinas.

Avaliação e Qualidade da Educação Superior

A discussão sobre os conceitos de avaliação e qualidade na educação comportam diferentes acepções que dependem do contexto social e histórico no qual se inserem, assim como da influência dos atores que formulam as políticas que são implementadas em nosso cenário educacional.

A avaliação, com todos os domínios que a compõem (sistemas, programas, rendimento escolar, currículo etc.), encontra-se delimitada “pela teoria e prática que as circunstancializam”, disso compreende-se que “a avaliação não se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico do mundo e da educação” (LUCKESI, 1984, p. 6). Nesta perspectiva entendemos que toda definição e atividade avaliativa trazem consigo uma concepção teórica de educação e uma prática pedagógica que traduz o posicionamento de quem a emite e a executa.

No caso da avaliação institucional, Dias Sobrinho (2000, p. 103) salienta que não se trata da “soma de pequenas análises isoladas ou justaposição de avaliações episódicas e pontuais”, mas de “uma ação global, não apenas relativamente ao objeto, que é a universidade [...], mas também quanto ao sujeito, que é coletivo, potencialmente todo o universo de docentes, estudantes e servidores [...]”. Nessa compreensão, avaliação vai além de práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, não se trata apenas de uma tarefa técnico-burocrática que é exigida por lei (SAUL, 1990), tampouco se resume em medidas de punição ou premiação para os atores institucionais que fazem a universidade.

A qualidade, por sua vez, “é um fenômeno educativo” que “extravasa os exames e as fórmulas e medidas que dão lugar aos rankings. Sem pertinência e relevância social não há qualidade em educação” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 824). Nas discussões sobre avaliação da



educação superior, Dias Sobrinho (2008b, p. 2) distingue duas concepções de qualidade que disputam a hegemonia do espaço, essas correspondem “a perspectiva social, daqueles que entendem e procuram realizar a educação como bem público, e o ponto de vista e os interesses defendidos por aqueles que submetem a educação ao mercado”.

Na qualidade do ponto de vista da perspectiva social, “a avaliação deve estar a serviço da consolidação dos valores democráticos. Deveria valorizar, então, não apenas os aspectos técnicos, mas, também, as políticas institucionais que apresentem pertinência e relevância social” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 824-825). No outro viés, a qualidade assume uma visão eminentemente técnica, sendo concebida de forma objetiva, mensurável, que se enquadra em escalas de comparação, “possibilitando que se lhe aplique um selo, à semelhança do que se faz na indústria” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 819).

Associada a uma concepção de qualidade que prioriza os aspectos sociais, Dias Sobrinho (2008a, p. 824) defende que a avaliação da educação:

[...] deve ir além das medidas de conformação: deve ser uma política pública que contribua para o aprofundamento dos valores democráticos; portanto, deve valorizar as políticas de democratização do acesso e condições de permanência, a equidade, a construção e socialização dos conhecimentos como bem público, a associação da função cognitiva com a função formativa integral do profissional social.

Nessa mesma perspectiva, Saul (1990) compreende que qualidade precisa expor o compromisso da universidade na busca por uma sociedade mais justa, democrática e moderna, que aponte para “o compromisso com a transformação da universidade que temos na universidade que necessitamos” (SAUL, 1990, p. 18). Nesse sentido, Freitas (2005, p. 911) entende que a qualidade é “produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente, tendo como referência o projeto político-pedagógico da escola”.

Entretanto, Rothen e Barreyro (2009) destacam que a definição dos padrões oficiais de qualidade tem sido responsabilidade de comissões de especialistas instituídas no âmbito do MEC, que são formalizadas por meio de leis federais aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente. A respeito disso, Borges (2018, p. 119) ressalta que “essa concentração de instâncias definidoras dos padrões de qualidade da educação na esfera governamental encontra justificativa na própria legislação, que estabelece, como dever do Estado, a definição de “padrões mínimos de qualidade do ensino”

Políticas de Avaliação da Educação Superior no Brasil nos anos 1990

A avaliação da educação superior no Brasil passou a ter espaço efetivo em nosso cenário educacional a partir da década de 1990, quando foram formuladas e implementadas propostas

sistemáticas de avaliação para este nível de ensino, caso do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB/1993) e do Exame Nacional de Cursos (ENC/Provão/1995).

O PAIUB foi resultado de uma parceria entre as IES (federais, estaduais, municipais e comunitárias) com o Ministério da Educação (MEC), que instalou, em 1993, uma Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras responsável por organizar o processo no âmbito da Secretaria de Educação Superior do MEC. Neste contexto, a avaliação se apresenta como “participativa, voluntária, levando em conta as diferenças regionais e a história de cada Instituição, a avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático e de construção de uma Cultura de Avaliação” (MEC/SESU, 1994, p. 6). Segundo documento orientador da época:

Trata-se de um projeto de avaliação interna e externa que pretende apontar para a Universidade Brasileira melhores rumos a serem perseguidos. A compreensão e, mais do que isto, a certeza de que os resultados da avaliação não serão computados de forma linear para punir ou premiar, mas sim para promover as necessárias correções, as resistências antes tão fortes, foram se arrefecendo, numa manifestação inequívoca de que a busca da competência acadêmica se estrutura também em valores maiores como liberdade e respeito (MEC/SESU, 1994, p. 6).

Na ocasião, foram aprovados 27 projetos de avaliação de IES Federais, 11 IES Estaduais, 11 Comunitárias, 6 IES Particulares e 1 Municipal para participação no PAIUB (MEC/SEU, 1994, p. 38-40). Dias Sobrinho (2003, p. 83) aponta que o PAIUB foi “uma avaliação sistemática, processual, global [...]”, composta por atores internos, sendo “protagonizada pelos sujeitos da própria instituição”, combinada com atores externos, “pois a instituição e seu processo avaliativo também são avaliados por pares acadêmicos e membros da sociedade organizada”. Nisso, o Programa propunha ser “a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico”, “b) uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária” e “c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade” (MEC/SESU, 1994, p. 12).

Mas logo, em 1995, o MEC lançou outra política de avaliação para a educação superior, trata-se do Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou conhecido como “Provão”. O ENC/Provão se consolidou como instrumento de avaliação no período de 1996 a 2003:

Tratava-se de um exame escrito, de amplitude nacional, aplicado a estudantes concluintes das áreas pré-selecionadas anualmente pelo MEC. A cada ano se ampliava a cobertura do exame, tendo atingido 26 áreas em 2003, quando da última aplicação. As IES a que correspondiam os estudantes testados recebiam os relatórios com os resultados agregados. Apenas os estudantes recebiam informações de seu desempenho, inclusive a posição na escala de notas na respectiva área de conhecimento (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 203).

Nesse período, a avaliação ganhou importância e se tornou realidade “como estratégia de monitoramento das reformas empreendidas pelo governo que assumiu em 1995 [...]” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 74). As reformas daquele período defendiam “uma avaliação que” fosse “capaz de medir de modo objetivo as instituições e averiguar as competências e habilidades profissionais que os cursos” estavam “propiciando aos alunos” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 75). Na esteira disso foram publicados uma série de documentos legais e normas que se alinhavam a perspectiva que o mercado preconiza, sobretudo, questões relacionadas a produtividade e a competitividade. Nesse contexto,

[...] A ideia de universidade que então predomina é a da instrumentalidade. As instituições de educação superior devem atender a toda a demanda por vagas, e então se escancara ainda mais o mercado privado. Devem cumprir mais efetivamente as exigências de instrumentar o mundo do trabalho, e então há um controle rigoroso sobre os perfis profissionais, as competências e habilidades demandadas pelo mercado (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 74).

O ENC/Provão, imposto pelo MEC, sofreu “pesadas críticas de boa parte da comunidade de estudantes e professores, sobretudo de especialistas em avaliação” que apontavam “seu caráter estático e fragmentário, pois se tratava de um instrumento aplicado num único momento e se limitava a estabelecer a qualidade dos cursos tomando como matéria os desempenhos estudantis em uma prova” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 208). Além dos boicotes por parte dos estudantes que eram obrigados a comparecer no dia do exame, pois se não fizessem não teriam a expedição de seus diplomas.

Nos anos 1990 a avaliação passa a responder as exigências legais de aferição da qualidade do ensino, serve como instrumento de regulação da expansão e passa a contar com grupos institucionais organizados em torno da temática, caso do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES), da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1989, e da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), surgida em 1996. No caso do NUPES, muitos de seus pesquisadores estiveram ligados e assumiram postos de destaque em conselhos, comissões e consultorias junto ao MEC durante os governos presidenciais de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os quais se encontram Eunice Durham, Simon Schwartzman e Maria Helena Guimarães de Castro. No caso da RAIES, pesquisadores como José Dias Sobrinho, Denise Leite, Dilvo Ristoff, Isaura Belloni também contribuíram com o PAIUB e mais tarde com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Experiências Pioneiras de Avaliação desenvolvidas por Universidades Brasileiras

As políticas de avaliação, tratadas no item anterior, foram precedidas por avaliações desenvolvidas por algumas universidades brasileiras que vinham experimentando processos de autoavaliação desde os anos 1980, caso das práticas avaliativas realizadas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Essas experiências de avaliação encontram-se reunidas em livro organizado por Balzan e Dias Sobrinho, sob o título de “Avaliação Institucional: teoria e experiências”, publicado pela primeira vez pela Cortez Editora, em 1995. Nele estão reunidas “as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, p. 9), o que segundo seus organizadores reflete o pioneirismo da obra.

A Unicamp realizou seu processo de Avaliação Institucional no período de 1991 a 1993 (DIAS SOBRINHO, 1995). Segundo Dias Sobrinho (1994), as primeiras discussões sobre o projeto de Avaliação Institucional da universidade começaram em março de 1991, sendo conduzidas pelas Comissões Centrais de Graduação e de Pós-Graduação. O processo de avaliação da Unicamp apresentava-se sob três momentos: a) Diagnóstico e Autoavaliação: fase interna; b) Avaliação externa: participação de especialistas externos; e c) Reavaliação ou meta-avaliação: os agentes internos são convocados a se manifestarem sobre os pareceres externos. O processo de avaliação da Unicamp, realizado no início dos anos 1990, foi concebido e coordenado pelo Prof. Dr. José Dias Sobrinho, que na época era Pró-Reitor de Pós-Graduação, e foi articulado dentro do que se chamou de Projeto Qualidade para a Unicamp. Nesse âmbito foi criada uma comissão de ampla representatividade, constituída de docentes experientes de todas as Unidades de Ensino e Pesquisa, a Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (CADI) (DIAS SOBRINHO, 1995).

A experiência de Avaliação Institucional da UFSC deu-se por meio do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (PAIUFSC), iniciado em 1993 (BAZZO; MORETTI, 1997). O objetivo do Programa foi o de promover a Avaliação Institucional da UFSC “visando sensibilizar a Comunidade Universitária para firmar valores que levem à melhoria da qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo em vista o interesse de seus alunos e a satisfação das necessidades sociais detectadas” (DAVOK; RISTOFF, 2000, p. 29). A metodologia do PAIUFSC considerava três fases: a) Preparação: nessa fase acontece a conscientização de toda a comunidade universitária para aceitação do processo de avaliação; b) Coleta de dados e organização das informações: quando foram aplicados os



instrumentos de coleta de dados e, posteriormente realizada a descrição dos resultados; e c) Geração das transformações necessárias para a melhoria da qualidade: os dados, os resultados da avaliação deverão servir de subsídios para a melhoria da qualidade do projeto de desenvolvimento da instituição como um todo (DAVOK; RISTOFF, 2000).

A experiência de avaliação institucional da UnB iniciou-se na administração do reitor Cristovan Buarque (1985 a 1989) e desenvolveu-se na gestão do reitor Antonio Ibañez (1990 a 1993) (BELLONI et al, 1994). A primeira testagem da metodologia de avaliação de ensino de graduação foi realizada em 1987, quando priorizou-se a avaliação de disciplina e desempenho docente. Nos anos de 1990 e 1991 realizou-se uma ampla revisão dos instrumentos e indicadores da autoavaliação e desenvolveu-se metodologia para avaliação externa, promovendo-se, no período 1992/1993, uma ampla rodada de avaliação interna e externa dos cursos de graduação da UnB (BELLONI et al, 1994, p. 58-59). O desenvolvimento dessa avaliação propiciou a criação do Centro De Avaliação Institucional (CAI), da UnB, “cujas principais atribuições eram: coordenar a avaliação institucional em toda Universidade e oferecer suporte metodológico as diferentes unidades da UnB” (TRIGUEIRO, 1995, p. 68).

A avaliação institucional da PUC-Campinas teve origem em 3 de setembro de 1981, com a publicação do documento intitulado “Da crítica à proposta – a Universidade como Projeto Pedagógico”. A introdução do documento pontuava a necessidade de uma “reflexão sobre o sentido do Projeto Pedagógico, visando a mobilização da Universidade para que ela se conscientizasse da necessidade de repensar-se permanentemente, repensar suas funções, seus serviços e seu compromisso com a Sociedade” (BALZAN; LOPES; SORDI, 2003, p. 137). Disso, Balzan, Lopes e Sordi (2003, p. 139) ressaltam que “há uma farta documentação sobre Avaliação que teve lugar nesta Instituição durante o período 1981-1983, coordenado pela Vice-Reitoria Acadêmica”, no qual a Avaliação Institucional, “priorizava a avaliação como processo, marcadamente capaz de envolver toda a comunidade num conjunto de tarefas que seriam desenvolvidas a médio e a longo prazo” (BALZAN; LOPES; SORDI, 2003, p. 139). Foram aplicados questionários a estudantes da Universidade no âmbito de projetos que consideravam a participação dos alunos como base para reestruturação da Universidade, assim como outro projeto que tratou da avaliação dos cursos de Pós-graduação oferecidos pela PUC-Campinas com a participação de coordenadores, diretores e alunos matriculados.

Além dessas experiências de avaliação anteriormente mencionadas, Borges e Brandalise (2022, p. 827) incluem outros processos de avaliação realizados na década de 1990, caso das experiências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual De Santa Cruz (UESC), Universidade São Francisco (USF) e Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Conclusões

As discussões sobre avaliação e a qualidade da educação superior no Brasil ganharam espaço a partir da década de 1990, quando as políticas de avaliação formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) passaram a definir critérios de qualidade. Assim, qualidade está em conformidade com os “padrões previamente estabelecidos por especialistas e pelos membros de órgãos que definem os critérios e padrões através dos quais são controlados os setores acadêmicos e efetuadas as medidas” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p 819).

Por outro lado, uma compreensão contextualizada de qualidade enquanto um fenômeno educativo “extravasa os exames e as fórmulas e medidas que dão lugar aos rankings”, pois “sem pertinência e relevância social não há qualidade em educação” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p 824). Nessa perspectiva, a avaliação “deveria valorizar, então, não apenas os aspectos técnicos, mas, também, as políticas institucionais que apresentem pertinência e relevância social [...]” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p 825).

Uma qualidade comprometida com a participação da comunidade interna preza pela sua autonomia no processo, particularmente o caso das IES, no qual a coletividade e a ênfase nas finalidades diagnósticas e formativas da avaliação alimentam os processos de autoavaliação. As experiências de avaliação pioneiras de avaliação desenvolvidas ao longo dos anos 1990, foram marcadas pela coleta de dados realizadas por meio de questionários e entrevistas a estudantes e professores, somada a participação de avaliadores externos e da meta-avaliação como componentes do processo. Quanto a essas experiências de avaliação desse período, Borges e Brandalise (2022, p. 298) registram que contribuíram para a constituição do campo da avaliação, “seja pelas considerações teóricas presentes nas concepções de avaliação anunciadas, seja pelas práticas adotadas com os procedimentos empreendidos nos processos avaliativos ou, ainda, pela inclusão da avaliação na agenda institucional”.

Referências

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7-13.



- BALZAN, N. C.; LOPES, J. de A.; SORDI, M. R. L. de. A cultura de avaliação em construção. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 3, p. 133-159, 2003.
- BAZZO, V. L.; MORETTI, M. T. Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: fala o ex-aluno. *Avaliação*, Campinas, v. 2, n.3, p. 67-75, 1997.
- BELLONI, I. et al. Proposta de avaliação institucional da Universidade de Brasília. *Educación Superior y Sociedad*, Caracas, v. 5, n.1, p. 51-70, 1994.
- BORGES, R. M. Indicadores educacionais em foco: análise frente à realidade brasileira. In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. da C. M. *Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 115-137.
- BORGES, R. M.; BRANDALISE, M. T. Experiências de avaliação institucional em universidades brasileiras: a produção científica dos anos 1990. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, n. 29, v. 2, p. 279–301, 2022.
- DAVOK, D. F.; RISTOFF, D. Mudanças e resistências na construção da cultura da avaliação. *Avaliação*, Campinas, v. 5, n.3, p. 27-36, 2000.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação Institucional da Unicamp: processo, discussão, resultados*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional: a experiência da Unicamp. condições, princípios, processo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 6, n.1, p. 41-54, mar., 1995.
- DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. Introdução. In: BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7-13.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educativas e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008a.
- DIAS SOBRINHO, J. *Acreditação da educação superior*. In: Seminário Internacional de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2008b.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.
- LUCKESI, C. C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 61, p. 6-15, nov./dez. 1984.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Ensino Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/MEC/SESu*. Brasília: SESu, 1994.
- ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 729-752, 2009.
- SAUL, Ana Maria. Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, SP, n. 1, p. 17-19, 1990.

TRIGUEIRO, M. G. S. Experiência em avaliação institucional da Universidade de Brasília.
Pro-Posições, Campinas, v. 6, n.1, p. 67-78, mar., 1995.

